

ATA NÚMERO OITENTA E UM

Ao segundo dia do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, pelas dezanove horas e trinta minutos, no Centro de Estágios e Formação Desportiva de Rio Maior, sita na Pá da Ribeira em Rio Maior, deu-se início, nos termos dos artigos 17º e 19º dos Estatutos, à Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Federação de Triatlo de Portugal (FTP), com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Leitura e Aprovação da Ata da AG realizada a 3 de Março de 2018;
- 2- Apreciação e votação do Plano de Actividades e Orçamento 2019;
- 3- Proposta de candidatura de evento no âmbito de Lisboa Capital Europeia do Desporto 2021;
- 4- Outros assuntos de interesse da FTP;

A sessão teve início com a presença de vinte delegados, conforme lista de presenças, que fica anexa à presente Ata;-----

Estavam ainda presentes o Presidente do Conselho Fiscal Leandro Graça Silva e dois elementos Conselho de Arbitragem e Competições, respectivamente, Anabela Velhinho Dias dos Santos, a Presidente, e Liliana Julieta Dias Sares;-----

A Mesa da Assembleia estava composta pelo seu Vice-Presidente Pedro Telmo Ribeiro Prateiro Cirilo Gil e pelo Secretário João Carlos Prada Costa. O Presidente Miguel Filipe Gomes Menezes, compareceu já no decorrer da assembleia;-----

O Vice-Presidente Pedro Gil, Vice-Presidente da mesa, deu início à sessão com um pedido aos delegados presentes para que um terceiro elemento se juntasse à Mesa até que o Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Miguel Menezes chegasse, dado que não houve voluntários, e nenhum dos delegados presentes rejeitou que os trabalhos se iniciassem com apenas dois elementos presentes na Mesa da Assembleia Geral, foram iniciados os trabalhos;-----

Como pontos prévios à Assembleia, o Vice-Presidente Pedro Gil explicou que o motivo do adiamento da assembleia, que estava marcada inicialmente para dia um de dezembro de dois mil e dezoito, se deveu a questões técnicas para a emissão do parecer por parte do Conselho Fiscal. A MAG decidiu adiar, até que todos os documentos estivessem consolidados para assim serem apreciados pelos delegados à Assembleia;-----

Para o bom funcionamento Assembleia, o Vice-Presidente Pedro Gil pediu aos delegados que todas as questões fossem dirigidas à Mesa para depois serem esclarecidas, evitando assim diálogos entre delegados que não iriam contribuir para o bom funcionamento dos trabalhos;-----

O Delegado João Pereira pediu a palavra para introduzir um ponto prévio à ordem de trabalhos. O Vice-Presidente Pedro Gil referiu que a Mesa tem o poder para decidir a existência, ou não, de um ponto prévio à ordem de trabalhos e que o mesmo deveria ser feito no decorrer do ponto 4. O Delegado João Pereira referiu que ainda não tinha dito qual era o ponto prévio e que por isso não deveria ser rejeitado à partida. O Delegado Fernando Feijão refere que cabe à Mesa coordenar os trabalhos cabendo a decisão à Assembleia. O Presidente do Conselho Fiscal, Leandro Silva seguidamente diz que, pelos Estatutos, que impedir um ponto prévio por parte de um Delegado não é correto e que cabe à Assembleia decidir, ou não, sobre a introdução de um ponto prévio à ordem de trabalhos. O Delegado João Pereira dirige-se à Mesa dizendo que a Mesa deve perguntar à Assembleia se quer, ou não, a existência de um ponto prévio. O Vice-Presidente Pedro Gil dirige-se então à Assembleia para saber se a Assembleia quer, ou não, ouvir o ponto prévio do Delegado João Pereira. O mesmo, depois de apresentado a Assembleia, é aceite pelos Delegados presentes e o Delegado João Pereira expõe a sua proposta de ponto prévio: que o escrutínio para a aprovação do Plano de Actividades e Orçamento fosse feito através de voto secreto. O Vice-Presidente Pedro Gil coloca a votação da Assembleia o ponto prévio do Delegado João Pereira e a Assembleia concorda com o escrutínio por voto secreto para a votação do Plano de Actividades e Orçamento, por treze votos a

favor e sete abstenções, que se traduz numa aceitação dos delegados concordarem com a votação por voto secreto;-----

Iniciou-se então o Ponto 1 da Ordem de Trabalhos, o Vice-Presidente Pedro Gil pergunta à Assembleia se dispensam a leitura da Ata da Assembleia Geral Ordinária de dia 3 de Março de 2018. A Assembleia não dispensa a leitura da referida ata. A Ata é lida pelo Vice-Presidente Pedro Gil;-----

Após a leitura da ata, o Vice-Presidente Pedro Gil pergunta se alguém tem algo a dizer sobre a ata lavrada. O Delegado Fernando Feijão referiu que a Ata está incompleta, que a sua referência sobre o agendamento de Assembleias estava incorreto, referindo-se que no futuro as Assembleias deveriam ser marcadas com o mínimo definido nos estatutos. Referiu ainda que nada é falado sobre a exoneração do Presidente do Conselho de Justiça e que a Ata deveria ter sido publicada até 15 dias depois da realização da Assembleia. Por último, disse que nada consta na ata sobre a inexistência de Balancetes Analíticos para melhor análise das contas do Exercício de 2017;----

O Delegado Paulo Tenrinho apontou que faltam na Ata os quatro pontos para a direção executar no exercício de 2018. O Presidente do Conselho Fiscal Leandro Graça diz que falta à Ata, quatro questões de materialidade apontadas ao exercício de 2017 e que deveria ficar em Ata essa reserva de materialidade;-----

Após a intervenção dos referidos Delegados, a Mesa pergunta à Assembleia que se quer que a Ata seja corrigida. Quinze Delegados votaram a favor da correção da Ata e cinco abstiveram-se. A Mesa propõe então que a referida Ata seja corrigida e posta a aprovação numa Assembleia Geral posterior. Dezanove Delegados aprovaram a proposta da Mesa e um absteve-se;-----

De seguida entrou-se no Ponto 3 da Ordem de Trabalhos e o Presidente da Federação de Triatlo de Portugal Vasco Rodrigues apresentou o Plano de Actividades e Orçamento para a época de 2019. Finda a apresentação, o Vice-Presidente Pedro Gil concedeu a palavra ao Presidente do Conselho Fiscal Leandro Silva para tecer as considerações que entende-se sobre o referido documento;-----

O Presidente do Conselho Fiscal Leandro Silva diz que antes da leitura do Parecer, deve referir um ponto prévio e de enquadramento: o Conselho Fiscal é um órgão independente e que o bom relacionamento institucional deve prevalecer dentro do âmbito dos poderes institucionais. O Conselho Fiscal é um órgão que tem o direito e o dever de fiscalizar o bom funcionamento da Federação e que é solidariamente responsável por qualquer infração que ocorra e que quando analisa os documentos deve fazer recomendações;-----

O Presidente do Conselho Fiscal Leandro Silva, disse ainda que o adiamento da assembleia de um de dezembro se deveu à demora na receção do envio da documentação pedida à da Direção. O Conselho Fiscal procurou sempre responder num prazo máximo de quarenta e oito ou a setenta e duas horas, o que não aconteceu por parte da Direção. O Presidente do Conselho Fiscal aponta ainda cento e vinte mil euros de défice de exploração em setembro de 2018 e que se não fosse o aumento da valorização da sede a sede da Federação realizada em 2018, a Federação teria capitais próprios negativos. Referiu ainda que a Federação nunca teve resultados operacionais negativos e que o resultado referido é muito perto da insolvência. Por consequência o Conselho Fiscal alertou a Direção para os resultados negativos e a sua sustentabilidade e disponibilizou-se para trabalhar em conjunto e nunca obteve por parte da Direção qualquer resposta;-----

O Presidente do Conselho Fiscal inquiriu a Direção sobre um pagamento feito em 2018 no valor de vinte cinco mil euros realizado à empresa 3IronSports, pagamento esse não realizado em 2017, e qual a relação desse pagamento com a posição dentro da empresa do Vice-Presidente da Federação Fernando Correia;-----

Findo o ponto prévio de enquadramento, o Presidente do Conselho Fiscal leu o Parecer do Conselho Fiscal sobre o Plano de Atividades e Orçamento 2018;-----

De seguida a MAG passou a palavra ao Presidente da Federação para responder aos pontos referidos pelo Presidente do Conselho Fiscal. No que concerne aos tempos de resposta, o Presidente da Federação sugeriu que os Delegados consultassem a documentação existente. Referiu ainda a existência de um resultado operacional negativo de cento e vinte e seis mil euros em Junho de 2016 o que à época não constituía qualquer tipo de problema, como agora representam os cento e vinte mil euros negativos. Descreveu ainda todos os pagamentos recebidos por parte da Federação desde setembro de dois mil e dezoito: setenta mil euros relativos ao Campeonato da Europa de Clubes realizado em Lisboa, vinte e dois mil euros da Fundação do Desporto, quarenta e cinco mil euros do programa Desporto para Todos, trinta e três mil euros relativos ao Alto Rendimento e ainda cinquenta mil euros por parte da Câmara Municipal de Lisboa. Referiu ainda que o recebimento tardio de algumas destas verbas deveu-se a atrasos por parte do IPDJ devido à transição do conselho directivo do referido órgão. Reconheceu ainda que a entrega da proposta de Plano de Atividades e Orçamento foi tardia. Justificou ainda que o pagamento em 2018 de vinte cinco mil euros à empresa 3IronSports se devia à prova de 2017 e que em relação à prova de 2018 não houve qualquer tipo de transferência;-----

O Delegado Miguel Lopes pediu esclarecimentos adicionais sobre essa transferência ao que o Presidente da Federação referiu que a Federação celebrou com o IPDJ um contrato de apoio à edição de 2017 da prova Ironman Cascais e que a verba atribuída foi apenas transferida no ano de 2018 nada tendo a ver com a presença do Vice-Presidente da Federação Fernando Correia na organização da prova, coisa que só aconteceu em 2018 e que por essa razão a Federação exclui-se dessa intermediação entre o IPDJ e a prova Ironman Cascais;-----

De seguida a MAG perguntou aos Delegados presentes se tinham alguma questão a colocar à Direção e ao Conselho Fiscal;-----

O Delegado Miguel Lopes indagou a Direção sobre vários pontos: a fraca visibilidade das provas nacionais, sobre as provas canceladas na época transata, sobre a pouca adesão no triatlo feminino, sobre o atrito entre a Direção e o Conselho de Arbitragem e Competições, sobre a demissão do Vice-presidente da Federação Fernando Carmo e sobre a aparente desunião da Direção, sobre o despedimento do treinador Paulo Antunes e eleição do mesmo na Gala do Triatlo para Treinador do Ano, sobre o calendário jovem e por fim sobre a marcação desta assembleia que deveria ter sido em novembro e não em fevereiro. Dirigiu-se ainda ao Vice-Presidente da FTP Fernando Correia sobre o que ele diria, enquanto Delegado em Assembleias anteriores, ao atual estado da Federação;-----

De seguida o Delegado Sérgio Santos tomou da palavra para questionar a Direção sobre os quadros apresentados na apresentação do Plano de Actividades e Orçamento. Os quadros apresentados referiam-se apenas a orçamentos quando deveriam constar igualmente números reais, nomeadamente nas colunas de 2018, para assim se comparar o que efectivamente se gastou na época passada em relação ao orçamento proposto para 2019. Referiu ainda a gravidade desta Assembleia ser realizada já em 2019 quando deveria ter sido realizada ainda em 2018 e que a despesa já está a ser feita sem ter sido aprovada. O Delegado Sérgio Santos referiu ainda que esperava da Direção uma apresentação mais profunda do Plano de Actividades e Orçamento ao invés de uma mera leitura dos dados apresentados. Questionou ainda a não presença do novo Director Técnico Nacional na apresentação dos critérios e orçamento para o Alto Rendimento e as diferenças para o ano anterior. Perante os objetivos apresentados pela Direção para o ano 2019, dirigiu-se ainda à Direção questionando se algum membro da Direção sabia o que era necessário para o apuramento de três elementos do sexo masculino para os Jogos Olímpicos, o que segundo ele era impossível. Perguntou ainda que medidas a Direção pretende implementar para a melhoria das provas longas dado que são estas provas que têm registado maior número de inscritos, quais as reais medidas e estratégias para as melhorar. Por fim, criticou ainda o formato da Gala do Triatlo bem como o local onde esta se realizou por não permitir uma interação entre todos os presentes, referiu que a sua versão da gala esta muito longe do que acontece

de seguida o Delegado Sérgio Santos dirigiu-se ao Presidente do Conselho Fiscal para o esclarecer sobre a executabilidade das medidas apresentadas no Plano de Actividades e Orçamento 2019 e se este Plano de Actividades realmente permite a recuperação financeira para finalizar a sua intervenção o Delegado Sérgio Santos abordou o alegado conflito de interesses entre a Federação de Triatlo de Portugal e a 3IronSports no que concerne à relação laboral do Vice-Presidente Fernando Correia na referida empresa enquanto diretor da prova Ironman Cascais e a questão concreta que coloca é, se a federação tem ou não um protocolo firmado com as empresas privadas para poder organizar eventos;-----

O Delegado Fernando Feijão dirigiu-se à Assembleia questionando a Direção sobre a verba atribuída no Plano de Actividades e Orçamento ao Conselho de Arbitragem e Competições e ainda à Associação de Treinadores de Triatlo de Portugal. O Delegado Fernando Feijão perguntou se a Direção tem tido uma relação saudável com o Conselho de Arbitragem e Competições e com a Associação de Treinadores de Triatlo de Portugal;-----

Aproveitando a presença na sala da Presidente do Conselho de Arbitragem e Competições (CAC), a MAG dá a palavra à Presidente do CAC perguntando se o orçamento para o CAC que consta no Plano de Actividades e Orçamento 2019 reflete as necessidades do mesmo. A resposta por parte da Presidente do CAC foi que não refletia as necessidades do CAC para a época de 2019;-----

Finda a intervenção do Delegado Fernando Feijão, o Delegado Paulo Tenrinho tomou da palavra para indagar a Direção sobre a dívida de cem mil euros a uma agência de viagens, do porquê dos vinte cinco mil euros transferidos para a empresa 3IronSports e ainda qual foi a execução do orçamento de 2018 em relação ao que está no Plano de Actividades e Orçamento de 2018;-----

Por fim, e para terminar as perguntas dos Delegados, o Delegado João Pereira pergunta ao Presidente da Federação Vasco Rodrigues se sabe o que ocorreu em Junho de 2016 para usar o saldo operacional negativo desse mês na resposta ao Presidente do Conselho Fiscal;-----

O delegado Sergio Dias interveio para pedir que o presidente esclareça o uso de contratos futuros para despesas futuras, como por exemplo contratos de provas que iriam acontecer em Outubro, deixando essa informação em consideração as Assembleia;-----

Findas as perguntas dos Delegados, tomou da palavra o Presidente da Federação para responder às perguntas colocadas pelos Delegados. Dirigindo-se ao Delegado Miguel Lopes, o Presidente da Federação disse que o triatlo feminino está em crescimento, ao contrário do que o Delegado disse e que para isso basta ver a prova realizada em Rio Maior nessa tarde e que a visibilidade das provas terá de ser ainda melhorada. No que concerne à relação com o Conselho de Arbitragem e Competições, o Presidente da Federação confirmou os atritos fruto das opiniões discurdantes de ambos os órgãos sociais. Enalteceu ainda que as alterações no calendário jovem foram muito positivas e acima do esperado com a criação dos regionais jovens e que a qualidade das provas tem agora de ser melhorada. Por fim referiu ainda que o treinador Paulo Antunes é um excelente treinador no terreno mas que precisava de um elemento que gerisse toda a área administrativa do Alto Rendimento na Federação;-----

Dirigindo-se ao Delegado Sérgio Santos, o Presidente referiu que o Plano de Actividades e Orçamento não pode ter números reais da despesa para comparar com o orçamento proposto dado que aquando da realização do referido documento as contas não estão fechadas. Referiu ainda que as contas de 2018 estarão fechadas até dia 15 do corrente mês. Reconheceu ainda que ter três homens nos Jogos Olímpicos será quase impossível mas que se não for a Federação a acreditar nessa hipótese, mais ninguém o fará. Quanto às provas longas, a melhoria tem de ser feita a nível de comunicação através de redes sociais e mais e melhor trabalho com as organizações locais dos eventos. Quanto à relação entre o Vice-Presidente Fernando Correia e a empresa 3IronSport, o Presidente da

Federação revelou ter em seu poder um parecer do Comité Olímpico de Portugal que refere a inexistência de incompatibilidade entre cargos;-----

Neste ponto o Vice-Presidente da Federação Fernando Correia tomou da palavra para referir que não tem qualquer contrato com a referida empresa e que é somente um prestador de serviços, e que existe um caderno de encargos comum a todas as provas que descreve o que cada prova deverá pagar à Federação de Triatlo de Portugal;-----

Após a intervenção do Vice-Presidente da Federação Fernando Correia, o Delegado Sérgio Santos referiu que um Vice- Presidente ao ser pago pela referida empresa incorre em perda de mandato imediata, e que não há parecer que justifique o contrário, reforçando inclusive a sua afirmação de que a pessoa em questão tem de fazer uma opção, mas dado que a incompatibilidade já aconteceu significa a perda de mandato imediato;-----

A MAG de seguida refere que irá analisar perante as informações que detém se há ou não incompatibilidade no caso que refere o Vice-Presidente da Federação Fernando Correia. O Presidente da Federação diz que todos os pareceres foram pedidos ao Comité Olímpico de Portugal e ao IPDJ, não tendo resposta deste último, e que o Comité Olímpico de Portugal não referiu qualquer incompatibilidade entre cargos;-----

O Delegado Sérgio Santos solicita um parecer à MAG sobre esta questão com os dados disponíveis. A MAG irá pedir um parecer sobre o assunto;-----

De seguida o Delegado Fernando Feijão revela que teve conhecimento da alteração do sistema de pontuação no Campeonato Nacional de Clubes e questiona a Direção sobre se os Clubes foram ouvidos e se as mesmas alterações foram efectuadas dentro dos prazos estipulados;-----

O delegado Paulo Tenrinho questiona se o contrato entre a federação e 3IronSports é vantajoso para a federação;---

O Presidente da Federação toma da palavra para responder ao Delegado Paulo Tenrinho reconhecendo a dívida de cem mil euros à agência de viagens e ainda para referir que os vinte cinco mil euros entregues pela Federação eram um apoio à prova Ironman Cascais, e que a Federação apenas intermediou o processo entre o IPDJ e a 3IronSports. Por último, para responder a todas as questões colocadas pelo Delegado Paulo Tenrinho, o Presidente da Federação refere que o nível de execução andarà na casa dos noventa e cinco por cento e que o resultado de dois mil e dezoito andarà entre os zero e vinte mil euros negativos;-----

Para finalizar a sua intervenção, em resposta ao Delegado João Pereira, o Presidente da Federação responde que a trinta de junho de dois mil e dezasseis o saldo operacional negativo era de cento e vinte e seis mil euros independentemente dos gastos que a federação teve;-----

De seguida interveio o Presidente do Conselho Fiscal para referir que o Plano de Actividades e Orçamento põe em causa a sustentabilidade da Federação de Triatlo de Portugal. Dezassete colaboradores a tempo inteiro incluindo neste numero o vencimento do Presidente da Federação, que com estes encargos sociais é difícil para a Federação. Não só põe em causa este ano como principalmente o ano Olímpico. Referiu ainda que a não resposta por parte da Direção aos pedidos de esclarecimentos, não é forma de relacionamento entre Órgãos sociais, que o CAC não recebeu o que estava orçamentado, bem como a existência de uma fraca tesouraria, com cerca de meio milhão de euros de dívidas e cerca de duzentos mil euros de receitas;-----

O Presidente da Federação interveio para referir os valores a receber em 2019 comparativamente a 2018: 840.000€ recebidos em 2018 do IPDJ que em 2019 serão 930.000€, 155.000€ em 2018 por parte do COP que em 2019 serão 150.000€, 110.000€ para três atletas de elite, três atletas entraram para o programa de esperanças olímpicas e foi-lhes atribuído uma verba de sessenta mil euros e em 2019 a FTP ainda irá receber trinta e cinco mil euros desse valor, o Presidente referiu também que na relação entre órgãos e nomeadamente com o conselho fiscal, a direção deu abertura total com o ROC para assim o conselho fiscal poder esclarecer tudo na íntegra, contrapondo o Presidente do Conselho Fiscal que essa abertura com o ROC não corresponde a toda a informação que necessita;--

O Delegado Sérgio Santos afirmou que depois de ouvir o Conselho fiscal e a Direção sobre a sustentabilidade e a capacidade de execução do plano apresentado não é viável;-----

O Delegado Fernando Feijão intervém para referir que na sua Direção nunca teve prejuízos e que a conta bancária da Federação tinha duzentos mil euros. Os encargos com órgãos sociais referiam-se a dois Vice-Presidentes, Carlos Lourenço e Paulo Tenrinho, que na altura não tinham trabalho e foi proposto os ordenados dos mesmos em assembleia, pelo facto de se encontrarem no desemprego e estarem a trabalhar a tempo inteiro para a federação. Por fim finalizou que o seu nível de execução era de 97% e que teve sempre resultados positivos;-----

O Delegado Miguel Lopes interviu para referir e em defesa de seu nome, que nunca lhe foram pagas quaisquer despesas que teve no âmbito do seu cargo na anterior Direção;-----

O Delegado Sérgio Santos sublinha que os referidos cento e dez mil euros são para os três atletas visados e não para outras despesas, que esse dinheiro é apenas e exclusivamente para esses três atletas, que esse dinheiro não pode ser canalizado para outras rubricas que não digam respeito ao PPO desses três atletas, ao que o Presidente da Federação responde que o Comité Olímpico tem os seus mecanismos próprios de supervisão e que essa verba permite que a Federação não tenha de gastar outros recursos nesses mesmos atletas;-----

O Delegado Filipe Valente pediu um esclarecimento sobre o apoio às provas longas que não viu nas rubricas apresentadas de 2018, questiona se em 2019 se vai incluir os apoios para as provas longas;-----

O Delegado Jorge Leitão solicita à MAG que avalie sobre eventuais situações de incompatibilidade existentes nos órgãos sociais, nomeadamente dos Vice-Presidentes Carlos Lourenço e Rafael Salgueiro pelos cargos que exercem n as empresas HMSports e 3IronSport respectivamente, para que seja igualmente esclarecida;-----

O Vice-Presidente da Federação Fernando Correia pediu um esclarecimento sobre as não consequências da aprovação do Plano de Actividades e Orçamento de 2019;-----

O Presidente do Conselho Fiscal explica que a Federação fica em gestão corrente, só podendo pagar salários dos colaboradores, podendo ainda continuar com os contratos e protocolos já celebrados. O ordenado do Presidente fica suspenso até aprovação de novo Plano de Atividades e Orçamento;-----

De seguida a MAG explicou o procedimento de voto. Os Delegados votaram em regime de voto secreto e o resultado foi: dez votos para a não aprovação, cinco votos a favor da aprovação e cinco abstenções;-----

Finda a votação a divulgação dos resultados, o Presidente do Conselho Fiscal toma da palavra e lança o repto à Direção para que o Plano de Actividades e Orçamento de 2019 reflita a gravidade da situação financeira da Federação. Reitera novamente o que a Federação poderá fazer enquanto o Plano de Actividades e Orçamento de 2019 não for aprovado;-----

Consultado o Conselho Fiscal e a Direção, a MAG delibera a convocação de nova Assembleia Geral para daqui a um mês depois para nova votação do Plano de Atividades e Orçamento;-----

Findo o Ponto 2 da Ordem de Trabalhos passou-se ao Ponto 3;-----
Após exposição do assunto em discussão por parte do Presidente da Federação, foi votado o adiamento da discussão do conteúdo do ponto 3 para uma próxima Assembleia;-----

No Ponto 4 da Ordem de Trabalhos, a MAG pergunta à Assembleia se as eleições podem ser descentralizadas. O Presidente do Conselho Fiscal, Leandro Silva, responde que a intenção é nobre mas necessita de estar regulamentada para ser colocada em poder passar à prática;-----

Neste ponto, o Vice-presidente da mesa da Assembleia Geral, referiu e deixando à consideração dos presentes, o facto de na Gala do Triatlo não ter a presença que se pretende dos atletas, nomeadamente de campeões nacionais, para receber o merecido reconhecimento e prémio, mostrando a falta de consideração pela instituição FTP que

trabalha em prol da modalidade e dos atletas. Da mesma forma que lamentou a falta de presença de delegados presentes na Assembleia Geral tão importante para os destinos da modalidade, bem como no fraco número de candidatos a delegados nas eleições que vão decorrer. Nesse sentido, lamentou o pouco interesse que os próprios clubes têm tido;-----

O Delegado Paulo Tenrinho pergunta à Direção da Federação se algo foi feito em relação ao processo do antigo colaborador da Federação Eduardo Branco, se foi feita alguma tentativa para reaver o dinheiro pago ao referido. O Presidente da Federação respondeu dizendo que nada foi feito nesse sentido;-----

O Delegado Fernando Feijão pediu para que um Balancete que estava no site da Federação voltasse a estar disponível para consulta porque nele constavam informações de cariz duvidoso. De seguida dirigiu-se à MAG perguntando o que esta tem feito para ajudar a Federação e porque deu posse aos novos membros do Conselho de Justiça sem informar a Assembleia. Dirigindo-se à Presidente do Conselho de Arbitragem e Competições o Delegado Fernando Feijão perguntou sobre a qualidade do alojamento e alimentação dada aos árbitros durante as provas e qual a opinião do CAC sobre as indicações que alguns árbitros recebem durante as provas da Direção de Competições. Depois, dirigindo-se ao Conselho Fiscal, o Delegado Fernando Feijão refere que o Conselho Fiscal fez várias recomendações que não foram aceites e sublinha o desrespeito institucional por parte da Direção, refere ainda que a avaliação da sede deveria ser revertida e pergunta se os mapas autonomos de despesa foram entregues ao Conselho Fiscal. Perguntou ainda se a Federação de Triatlo de Portugal foi ressarcida do valor pago ao antigo colaborador Eduardo Branco e por fim se houve devolução das verbas pagas ao gabinete de advocacia;-----

O Delegado Miguel Lopes toma a palavra perguntando à Direção se conhece alguma modalidade de clubes que nunca sabe de ano para ano o local de realização das principais provas, nomeadamente do Campeonato Nacional de Clubes;-----


O Delegado Jorge Leitão pergunta à Direção o porquê da falta de comunicação no site da Federação, o porquê das notícias sobre provas canceladas só aparecerem um mês depois no site da Federação, lamenta que a Federação não dinamize o site, sendo para ele um dos meios de comunicação mais importantes da federação;-----

Antes de dar por terminada a Assembleia, a MAG deu a palavra ao CAC para comentar as afirmações proferidas pelo Delegado Fernando Feijão, no entanto os representantes do CAC adiaram para uma próxima assembleia a resposta ao Delegado Fernando Feijão.-----

Após estas declarações e não tendo mais nenhuns dos delegados pedido a palavra o Presidente da MAG agradeceu aos delgados a boa colaboração no decurso dos trabalhos e deu por encerrada a Assembleia quando eram 0H43, sendo lavrada a presente ata.

compuseram a Mesa

O Presidente: 

O vice-Presidente: 

O Secretário: 